

## A crise pós-Concílio Vaticano II: declínio ou renascimento do catolicismo?

MASSIMO BONATO<sup>1</sup>

Esta comunicação apresenta alguns resultados parciais decorrentes de uma pesquisa que se encontra em andamento e que procura, por meio de uma análise sociológica e histórica, entender a mudanças do catolicismo no decorrer da segunda metade do século XX a partir do seguinte enfoque específico: a crise macro institucional da Igreja Católica.

No entanto, a fase de crise a qual nos referimos neste texto restringe-se apenas a um momento preciso da história da Igreja Católica, que foi denominado por historiadores, sociólogos e teólogos como *crise pós-Concílio Vaticano II*.

Antes de entrar nesse plano analítico, cabe colocar algumas reflexões de ordem teórica acerca da plausibilidade e da pertinência da noção de *crise* para compreensão das dinâmicas de desenvolvimento histórico e cultural do catolicismo e de suas mútuas relações com os processos de modernização social e econômica em curso nas últimas décadas do século XX.

No campo das ciências sociais, a noção de *crise* foi centro das teorizações de diversos estudiosos, que se dedicaram ao seu aprofundamento conceitual. Nessa dimensão, encontra-se um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas<sup>2</sup> que, a partir de perspectivas de âmbitos disciplinares distintos, como filosofia, história, ciência política e sociologia, ajudam na formulação de uma avaliação das potencialidades teóricas do conceito, bem como de suas aplicações no campo empírico em favor de uma possível compreensão analítica de fenômenos sociais e históricos.

De particular importância para se pensar o conceito de *crise* no plano histórico geral de um processo de mudança social, mas também na dimensão mais estreita da história do cristianismo católico, as potencialidades desta categoria podem ser consideradas a partir da perspectiva de *história conceitual* postulada por Reinhart

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia da USP – Bolsista FAPESP

<sup>2</sup> A respeito do conceito de crise ver de BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a história*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961; HABERMAS, Jürgen. *Raison et légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avance*. Paris : Payot, 1978. MERTON, Robert K. *A ambivalência sociológica e outros ensaios*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1979.

Koselleck.<sup>3</sup> Na concepção postulada pelo historiador alemão, é possível pensar o conceito de *crise* como uma categoria operacional que permite reconstruir e viabilizar uma leitura analítica das dinâmicas de mudanças históricas de fenômenos sociais e culturais. Isto se torna possível na reflexão histórica e sociológica uma vez que o termo crise é pensado como um *conceito processual* que permite elaborar uma compreensão de fenômenos que dentro da linha do tempo apresentam em suas conjunturas históricas processos de movimento.

Koselleck, nas suas análises semânticas acerca do conceito de *crise* – na reconstituição histórica das várias significações que o termo recebeu ao longo do tempo e no acompanhamento do desenvolvimento da ideia de crise em diversas épocas –, evidencia como o conceito, a certo ponto, acabou incorporando uma série de elementos teológicos. Ao buscar entender a crise como um conceito histórico, o autor identifica uma associação dessa noção com questões da teologia cristã, como o juízo de Deus e o apocalipse. Para ele, a presença desses elementos não deixa dúvidas sobre a origem do termo como conceito histórico autônomo.

Pode-se pensar, assim, numa relação de *afinidade eletiva* entre a categoria *crise* e a *teologia cristã*, que decisivamente abre espaços para novas significações teóricas do conceito. Uma dessas é a de considerar o conceito a partir da formulação de *crise permanente*, ou seja, uma categoria processual, na qual a crise existe a todo momento na história, sendo esta mesma história o seu “tribunal mundial”. A própria ideia de crise, nesse sentido, nos permite “julgar” a história, ou seja, tecer avaliações e considerações sobre o desenvolvimento social.

Essa leitura nos interessa de perto, uma vez que a ideia de *crise permanente* pode ser aplicada para pensar o desenvolvimento da religião católica no século XX, para avaliar suas mudanças e permanências no plano institucional, além de que, também ajuda na análise de discursos sobre “a crise da Igreja” produzidos pelos intelectuais católicos. Tal visão nos permite avaliar de que forma e com quais propósitos tais intérpretes recorrem a essa categoria para explicar a condição da Igreja Católica perante o mundo moderno.

---

<sup>3</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Il vocabolario della modernità. Progresso, crisi, utopia e altre storie di concetti*. Bologna: Il Mulino, 2009. Do mesmo autor ver também KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogeneze do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

A cultura católica se apropriou dessa categoria de *crise* e o conceito adquiriu uma importância indiscutível no âmbito da Igreja. Desde os anos 1950, em seu seio, escreve-se sobre a temática da crise, mas é no período pós-Concílio Vaticano II que a discussão da temática vive seu momento de ascensão no interior da instituição católica.

Tendo em conta esses aspectos teóricos inerentes ao conceito, as suas específicas relações com a teologia cristã e, no plano mais restrito, a adoção que foi feita ao longo do século XX, por parte da cultura católica, da ideia de crise, a nossa intenção nesta comunicação é a de propor uma leitura para repensar as discussões de reforma que se apresentam na história da Igreja Católica após o Concílio. Tal proposta permite também repensar o próprio Vaticano II, os seus efeitos e consequências no âmbito das discussões de possíveis mudanças no catolicismo e de percursos de modernização institucional da Igreja, a partir de um momento específico: os anos subsequentes ao Concílio, que, como já mencionamos, foram denominados por vários intelectuais como *a crise pós-Concílio Vaticano II*.

### **Crise ou crises?**

Seria mais correto, ao invés de falar de *uma crise* pós-Concílio, falar *das crises* que se seguem ao Vaticano II. Em um livro publicado em 1968, uma voz notável da Igreja católica, o teólogo suíço Hans Küng, começava a sua reflexão sobre a situação da Igreja Católica assim:

“Este livro é sustentado por uma grande, inquebrantável esperança: que a igreja católica sairá renovada também das crises pós-conciliares. (...) Todavia a situação é demasiado séria e demasiado rica em esperança, para manter em silêncio as crises. Essas crises estão presentes na Igreja, seja em nível universal, como em algumas nações, dioceses e comunidades” (Küng, 1968, p. 5).

Logo na introdução do seu livro, na primeira página, Küng usou a palavra crise cinco vezes. Falava não de uma crise no singular, mas de várias crises: as crises desencadeadas pelo Concílio Vaticano II, a crise dentro da Igreja, crise de crescimento, como também de processos de crise que se alastravam em um nível universal e que se propagavam em vários contextos nacionais, dos catolicismos de vários países que, em

diferentes graus, pipocavam por dioceses e comunidades em escala global em todo o mundo católico.

Os anos nos quais se inscrevem as tais crises referidas por Küng correspondem ao período do pontificado de Paulo VI. Como alguns historiadores apontaram, em 21 de junho de 1963, o então arcebispo de Milão, Giovanni Battista Montini, foi eleito papa, como um “progressista moderado” (Jedin, 1995) ou um “reformista moderado” (Mayeur, 2002), que deveria levar adiante os trabalhos do Vaticano II.

No entanto, os anos imediatos que seguem ao Vaticano II, do pontificado de Paulo VI, são marcados por um processo ambivalente, no qual o pontífice se esforça para, de um lado, procurar aplicar as disposições e orientações conciliares e, de outro, dar respostas às urgentes e crescentes contestações presentes no mundo católico.

A contestação conhece um ponto de forte agravamento em 1968, após a proclamação da encíclica *Humanae Vitae*. Não que sinais da presença de um mal-estar dentro do mundo católico já não tivessem vindos à tona ao longo da década de 1950. Mas, o cenário de insatisfação gradativamente intensificou-se na de 1960, agravando-se nos seus últimos anos. De fato, o próprio Concílio Vaticano II foi convocado por iniciativa de um pontífice da estatura de João XXIII que, como anota Hubert Jedin (1995), era um sagaz historiador da Igreja e das mudanças que nela haviam acontecido, em um mundo em curso de mudança. Tomando em conta essa perspectiva, Jedin aponta que o papa estava bem consciente de que a Igreja precisava se adaptar à sociedade moderna e realizar uma espécie de percurso de atualização. “(...) papa João estava convencido de que a própria Igreja devia adaptar a sua mensagem, a sua organização e os seus métodos pastorais ao mundo profundamente mudado; e cunhou para tal fim o debatidíssimo termo «aggiornamento»” (Jedin, 1995, p. 107-108).

Em busca de tal objetivo, o pontífice haveria convocado o Concílio. Sendo assim, o Vaticano II foi convocado também para fazer frente à dificuldade da Igreja de estabelecer um diálogo mais aberto e mais revigorado com o mundo moderno.

Os propósitos que animaram as iniciativas conciliares são em parte surpreendidos, logo após o término das assembleias. Aplicadas as reformas, assiste-se à abertura de uma fase de instabilidade e turbulência que, transversalmente, afeta todo o mundo católico. A contestação, grosso modo, se desenvolve entorno de dois reagrupamentos internos ao

mundo católico: uma vertente se aglutina em torno de uma tendência *progressista*, que pressiona para que o Vaticano II ajude a implementar um caminho de reformas mais efetivo e que possibilite, inclusive, ir além da forma como o próprio Concílio tinha sido aplicado; e o segundo reagrupamento, o *tradicionalista*, que se opõe a princípios como o da colegialidade, e às proposições de diálogo ecumênico, de liberdade religiosa e de reforma litúrgica, além de recusar a emergência e a difusão de um espírito conciliar dentro do mundo católico, apontado como responsável por ser condescendente e complacente com os rumos desviantes da secularização (Mayeur, 2002; Guasco, 2005). Uma figura emblemática desse último grupo, que se constitui como uma minoria, foi representada, nas suas tomadas de posições radicais, pelo Monsenhor Lefebvre. (Menozzi, 1993, p. 232)

A encíclica *Humanae Vitae* divide o mundo católico e abre espaço para uma contestação direcionada à autoridade do papa. Além de se permitir a emergência desses lugares de dissensos e tensões e provocar uma crise de autoridade, o fenômeno da contestação reverbera também em outros âmbitos da vida eclesial: há uma crise das vocações religiosas, que vem acompanhada de uma crise interna aos seminários e de uma crise do sacerdócio, por parte de muitas pessoas que decidem abandonar a vida religiosa. No mundo dos laicos, a diminuição das práticas religiosas aumenta, e também se agravam os conflitos entre movimentos eclesiais.

É preciso, no entanto, ponderar sobre os efeitos desse fenômeno de constatação que afeta o mundo católico em escala global. Se de fato a contestação provoca todos esses fenômenos de distanciamento, abandono etc., é preciso anotar também que esses conflitos não deixam de, paradoxalmente, ter um “efeito produtivo” e gerar toda uma série de iniciativas experimentais. Na Itália, na Holanda e no Brasil se desencadeiam fenômenos de polarização e de tensão que, inspirados por leituras do Vaticano II, promovem tendências de descentralização do poder da autoridade clerical de Roma.

Na Itália, em 1968, é ocupada a Catedral de Parma e, em seguida, na comunidade de Isolotto, na cidade de Florença, o pároco, Padre Enzo Mazzi, mobiliza os fiéis para manifestar sua solidariedade com os ocupantes de Parma e o seu dissenso contra a o poder da cúria. Padre Mazzi é afastado do cargo de pároco da comunidade, mas opta por continuar as suas atividades ministeriais e pastorais em espaços abertos. O acontecimento fazia com que de fato nascesse a primeira comunidade de base na Itália e que a experiência

fosse um incentivo para iniciativas semelhantes em todo o território italiano. (Guasco, 2005, p. 71-72)

No Brasil, o fenômeno da contestação também se manifestou através de experimentações em alguns seminários brasileiros, nos quais inovações eram levadas a cabo por clérigos e seminaristas, impulsionados pela ideia de um novo tipo de vida religiosa. O caso dos seminários de Recife e Olinda são alguns exemplos dessa iniciativas experimentais que procuravam que o Vaticano II de fato fosse aplicado. (Serbin, 2008) Pouco após sua inauguração, o Seminário Regional do Nordeste, sediado na capital de Pernambuco, assiste a um abandono, por parte dos estudantes e dos padres formadores, que decidem por dar vida a um experimento de vida religiosa fora dos muros da instituição, buscando ficar livres da disciplina e criar vínculos com a comunidade. Para o historiador Kenneth Serbin, tais figuras protagonizaram “o mais radical experimento do mundo em matéria de formação seminarística” (Serbin, 2008 p. 245). Os seminaristas se dividem em grupos, ou pequenas comunidades, em Olinda e no interior do estado, onde concentram-se na questão da pobreza e no envolvimento com a vida prática e com a gente comum.

Movimentos como o citado, são indícios de como o Concílio Vaticano II não se restringiu apenas a um plano abstrato, mas teve suas formulações e ensejos presentes na gênese de diversas correntes. A partir do momento em que se vê, na atitude dessas figuras – seminaristas, padres – uma opção, na vida prática, pela questão da pobreza, inspirados pela recepção do Vaticano II, se evidenciam elementos para pensar a influência do Concílio em movimentos importantes, dentre os quais se destaca a corrente da Teologia da Libertação.

O que de fato está em jogo e impulsiona e inspira todos esses movimentos são leituras e interpretações do Vaticano II. É preciso, no entanto, retomar ao fato já citado de que os sintomas de uma crise latente já apareciam antes e durante o Concílio. Ou seja, as contestações pós-Concílio têm precedentes, no momento em que se observa que as tensões e conflitos já estavam presentes antes e no interior das próprias assembleias. As divergências já haviam se manifestado dentro do próprio Concílio e, de fato, representaram uma experiência inédita, que pegou de surpresa os próprios bispos. Como sinaliza Giuseppe Alberigo:

“Muitos deles estavam habituados a uma tranquila e chata visão do cristianismo e da Igreja; ou melhor, para vários bispos as diferenças de ponto de vista e os respectivos conflitos eram um defeito típico das sociedades leigas. Seja como for, imaginavam o Concílio como uma assembleia ordenada e ágil, como aliás, os ambientes da cúria romana haviam feito crer” (Alberigo, 2005, p. 434).

A *crise pós-Concílio Vaticano II* foi um fenômeno abordado na historiografia católica por historiadores e sociólogos. É preciso também acrescentar que a noção de crise é um conceito que, no âmbito da cultura católica, conheceu uma recepção de primária importância, mas não de forma monopolizadora. Ao contrário, a centralidade do conceito se manifesta no âmbito de toda a cultura do século XX.

No plano historiográfico, a aquisição desse conceito possibilitou o estabelecimento de uma base teórica fundamental para se pensar o catolicismo e sua realidade empírica, seja na perspectiva institucional ou da investigação das práticas de religião, em processo de transição dentro de uma dinâmica de mudança temporal. Além disso, permitiu a plausibilidade de questionamentos de investigação entorno do avançar dos processos de secularização e de fragmentação dos equilíbrios tradicionais da religião em sociedades em processo de modernização. Por meio do consenso entorno da noção de crise, foi possível questionar se a religião católica estava em declínio em termos absolutos ou relativos, ou se, ao invés, havia elementos para que se pudesse ver, nessa nebulosa, aspectos de uma revigoração da religião no espaço das sociedades modernas.

De fato, essa reconstrução histórica do fenômeno conhecido como crise pós-conciliar impulsiona à pergunta: são os sinais de uma Igreja que está conhecendo um declínio ou trata-se, ao invés, de uma crise de crescimento? E as análises historiográficas se concentraram entorno desse debate.

Nos anos 1960 e 1970 ganhava força a teoria da secularização e uma percepção de que a Igreja Católica teria sofrido um declínio irreversível. A ideia de crise é aí colocada como um questionamento entre a possibilidade de ressurgimento ou a proximidade do fim do cristianismo. O consenso, a constatação da crise por parte de teólogos e intelectuais católicos, proporciona, assim, certa forma de interrogar, estimula uma preocupação com relação ao que viria pela frente. O que vale notar, neste momento, é que pensar a crise pós-Concílio impulsiona a refletir a questão para além dos anos imediatamente subsequentes ao Vaticano II, o que significa colocar a questão o futuro do cristianismo.

Ao longo de algumas décadas, havia de fato uma visão consensual por parte dos instrumentos das ciências sociais, como mostra Andrea Riccardi, a respeito da inexorabilidade de um processo de secularização do cristianismo católico no específico e da religião como um todo. (Riccardi, 2006) Mas, como foi diagnosticada (e representada) a crise pós-Concílio, naquela época, por alguns teólogos? Em quais posições ideológicas é possível situar esses intelectuais católicos? É a esse procedimento que iremos nos dedicar a seguir.

### **Vozes da crise**

Após o Vaticano II, a constatação de uma crise da Igreja foi postulada por diversos grupos internos de forma consensual. Há um *consenso*, nesse período histórico, dentro da Igreja como também na dimensão mais ampla do mundo católico, de que há uma crise que afeta essa Igreja em escala global. Consenso mais evidente com relação aos países de tradição católica, nos quais o catolicismo parece nunca haver passado por um momento assim tão delicado. Esse processo é reconhecido transversalmente por todos os seus membros. A partir de posições ideológicas distintas, intelectuais da Igreja Católica elaboram diagnósticos da situação de saúde da religião católica. Nesta onda de análises críticas são identificadas as causas que provocam a doença que afeta a Igreja Católica, como são também imputadas responsabilidades e culpas pela implementação ou não-implementação de medidas ou tomadas de posições que têm efeitos positivos ou negativos sobre a sanidade do organismo eclesial. Dessa forma, a crise, nas suas problematizações e teorizações, se torna um centro fundamental, inevitável e nevralgico de disputa ideológica. Poderia se afirmar, sem exagero, que se possa considerar a crise como “o centro”<sup>4</sup> das disputas teológicas e ideológicas e das lutas por espaços de poder.

Nessa onda de diagnósticos da crise, podemos identificar três linhas interpretativas, ou três maneiras distintas de se ler a crise da Igreja.

---

<sup>4</sup> Sobre a importância do conceito de crise nas análises históricas e sociológicas e nas disputas teológicas internas à Igreja Católica veja-se o estudo de Alberto Melloni que observa como, por décadas, a retórica da crise ganhou espaço e teve um papel central nas elaborações de discursos de muitas figuras intelectuais católicas notáveis e representativas de setores eclesiais. MELLONI, Alberto. *Chiesa madre, chiesa matrigna. Un discorso storico sul cristianesimo che cambia*. Torino: Einaudi, 2004.



É possível identificar um primeiro grupo, definido pelo historiador Alberto Melloni como os teólogos “arrepentidos” da maioria conciliar, composto por nomes notáveis da teologia e da cultura católica do século XX, tais como: Jacques Maritain, Henri De Lubac e Joseph Ratzinger (Melloni, 2004). Segundo Melloni, esses intelectuais católicos são os primeiros que, após o Concílio, falam de uma crise da Igreja. São representativos de um grupo mais amplo que, durante o Vaticano II, lutou em prol de reformas, mas que depois começa a olhar para os resultados do Concílio Vaticano II com um preocupante pessimismo. Esse grupo, segundo Melloni, pode ser pensado como uma minoria da maioria conciliar que, com a implementação das reformas conciliares e suas recepções, começa a lançar uma advertência de cuidado e de preocupação, pregando prudência com relação a uma crise que, para eles, é de caráter negativo, pode deixar a Igreja à deriva, submetê-la ao risco de perder o norte. Seus representantes são unidos na seguinte sentença: há uma crise da Igreja.

Um segundo grupo, que pode ser definido como *progressista-reformista*, assume as reivindicações de setores do mundo católico insatisfeitos e que se exprimem, não sem atitudes, por meio de posições mais incisivas para favorecer uma aplicação do Vaticano II. Defendem iniciativas de reforma institucionais como maior participação da mulher na vida da Igreja, aplicação da forma litúrgica, uma direção colegial da igreja em todos os níveis (paróquia, diocese, nação, igreja universal) e renovação geral da teologia. Entre seus expoentes mais representativos podemos indicar o teólogo Hans Küng.

Um terceiro grupo é formado pelos *tradicionalistas*, que olham a situação da Igreja com um forte pessimismo e que recusam a implementação do Concílio, suas orientações e disposições, em nome da reconstrução de um ideal de cristandade medieval.

Essas sugestões esquemáticas, para além do seu “esquematismo”, ajudam na reconstrução do debate que segue ao Vaticano II e precisam ser enquadradas dentro de um campo mais amplo de disputas internas à Igreja, em que a complexidade do debate não pode ser reduzida somente aos reagrupamentos mencionados.

A título emblemático, na tentativa de historicizar de que forma era percebida a crise pós-Conciliar, vamos considerar as vozes de dois protagonistas dessa disputa intelectual. A ideia é reconstruir o debate a partir de textos de dois teólogos que tiveram uma

participação ativa no Concílio e que apresentam o seu ponto de vista interpretativo a respeito da situação da Igreja após o Vaticano II: Hans Küng e Henri de Lubac.

O francês Henri de Lubac é um teólogo jesuíta e um dos fundadores da revista *Communio*. Em 1969, publica o livro *L'Eglise dans la crise actuelle*, em qual fala de uma crise da Igreja e dos perigos de destruição que vem por via da contestação. De Lubac elabora um diagnóstico particularmente preocupado e alarmante a respeito da situação da Igreja Católica. O pessimismo de De Lubac se funda na convicção de que é preciso ter em conta a complexa conjuntura que a religião e a espiritualidade ocidental vêm enfrentando após a segunda guerra mundial e por via de uma contestação particularmente agressiva que ataca a Igreja após o Concílio Vaticano II. A intenção do teólogo francês é a de ajustar, de colocar as interpretações referentes ao Concílio nos trilhos, principalmente alertando para o perigo que vem por parte de intérpretes de uma *renovação* da Igreja. De Lubac pondera que muitas dessas vozes (favoráveis à renovação) não conheciam de que se tratava essa renovação e, portanto, acabavam propondo interpretações distorcidas. Toma brevemente em resenha as constituições *Dei Verbum*, *Lumen gentium* e *Gaudium et spes* e alerta pelas interpretações que, segundo ele, põem em risco a vida da Igreja e os frutos do Concílio. Mal compreensão, espíritos inconscientes. É de fato essa a crise mais preocupante para De Lubac. A respeito disso, o teólogo jesuíta ponderava, não sem amargura, suas preocupações com as tendências de contestação:

“Que miserável realidade, quantos abandonos de toda sorte, que degradações, indo em certos casos até à perversão, escondem-se debaixo da bandeira do ‘profetismo’ ou das ‘exigências da verdade’, sob a mentira da palavra ‘renovação’” (De Lubac, 1972, p. 30).

Já o teólogo Hans Küng, um dos fundadores da revista *Concilium*, representa uma voz emblemática das tendências reformistas. Como De Lubac, também apontava no cenário do pós Vaticano II uma crise da Igreja. O que de fato é interessante, é que o teólogo suíço coloca uma visão distinta para a perspectiva da crise. A crítica de Küng, não sem considerar uma série de problemas decorrentes do clima de contestação após o Concílio, apresenta um tom mais otimista, que olha com esperança para o futuro da Igreja Católica. Tal atitude de Küng se traduz numa disposição que olha a crise da Igreja como um momento decisivo, que obriga a precisas e inevitáveis tomadas de posição em favor de reformas. Esse caminho de reforma é apresentado a partir da exposição de propostas

audaciosas e de um detalhado programa de medidas de atualizações que vai da aplicação dos decretos conciliares – capaz de ter em conta o princípio de colegialidade –, uma renovação geral da teologia – mais alinhada com a situação da Igreja no mundo moderno e através da adoção de uma perspectiva ecumênica –, reformas do direito canônico e da estrutura da Igreja, até a promoção de uma maior valorização da mulher na vida da Igreja. (Küng, 1968)

### **E a pergunta não quer calar: a crise continua?**

Quais efeitos e consequências teve o Concílio Vaticano II nas reflexões desses intelectuais católicos, dentro de um quadro geral de discussões sobre as mudanças institucionais da Igreja Católica?

O que é preciso ter em conta, para realizar uma compreensão dos efeitos do Concílio sobre o mundo católico e suas imbricações com as sociedades modernas em um plano histórico e sociológico, é considerar que o Vaticano II foi um evento que, além de seus resultados – através das elaborações de decretos e constituições voltadas para uma perspectiva de *aggiornamento* – foi um desencadeador de tensões inesperadas. Como lembra Giuseppe Alberigo, em referência a um projeto historiográfico sobre o Vaticano II, um levantamento sistemático sobre o Concílio permite o entendimento de tensões dialéticas “entre a maioria e minoria, entre Concílio e papa, entre Concílio e cúria, entre assembleia e comissões, entre bispos e teólogos, entre Concílio e opinião pública” (Alberigo, 2005, p. 436).

De fato, o que é preciso notar é que, no centro dessas discussões de uma crise da religião católica, está a forma como vem sendo avaliado o Concílio e suas consequências para a Igreja enquanto instituição e para o catolicismo como um todo, enquanto religião ou sistema cultural. Afinal, foi benéfico para a saúde do catolicismo ou acabou por provocar efeitos imprevistos e até indesejados?

O que podemos observar até o momento é que existe um caleidoscópio de interpretações, nem sempre convergentes e nem sempre lineares, mas que dependem de uma série de fatores – alguns deles esboçados aqui. A constatação de uma crise da Igreja pelos dois intelectuais aqui ressaltados (De Lubac e Küng) significa a postulação de

interpretações distintas acerca do Vaticano II e do que significou em termos de possibilidade de mudanças institucionais. Também significa traçar pistas para uma leitura da historicização do Concílio Vaticano II e de seu legado no desenvolvimento do catolicismo até os dias atuais.

Benéfico ou não, o Concílio instaurou a problematização da Igreja. Colocou sua discussão no centro das atenções. Abriu caminho para que esta fosse pensada para além do que convencionava-se discutir.

O que observamos é que, para além da crise crônica da Igreja ou da crise pós-Concílio, o Vaticano II instaura uma outra crise, de outro nível, no interior da Igreja, entre aqueles que construíram expectativas com relação aos seus resultados: a crise de insatisfação. Por um lado, há anseios por reformas transformadoras e progressistas na Igreja, capazes de responder às demandas do mundo moderno e, por outro lado, há um desejo de mudanças em prol de uma recuperação da tradição da Igreja. Ambas as vertentes partilham uma decepção com o Concílio e uma insatisfação generalizada com suas aplicações e consequências. “Essas recepções contraditórias dividem profundamente o catolicismo. Mas se há uma atitude que todos compartilham é a decepção com relação aos resultados do Concílio, certamente por diversas razões” (Lefebvre, 2006, p. 104).

A crise pós-Concílio possibilita, olhando para ela hoje, questionar se aquela fase, caracterizada por toda uma série de tensões e fenômenos, foi só uma crise passageira ou sinal de um mal-estar maior. De fato, é difícil dar uma resposta definitiva a essa questão. Nesse sentido, hoje, pode parecer instigador e pertinente pensar que, na complexidade dos cenários contemporâneos (com a globalização, a fragmentação do campo religioso etc.), elaborar um diagnóstico definitivo da situação atual do catolicismo seja uma operação impossível (Melloni, 2004). De todo modo, o que por enquanto não podemos deixar de constatar, inclusive a partir dos trabalhos recentes de intelectuais, como o próprio Küng, é que os sinais de uma crise continuam se manifestando. Há uma persistência nesse sentido, no cenário contemporâneo, da crise.

Küng ressalta alguns aspectos dessa crise.

“(…) a vida da igreja no plano das paróquias praticamente se desintegrou em muitos países. Em 2010, pela primeira vez, o número de pessoas que deixaram a Igreja superou o número das que foram batizadas na Alemanha. Desde o Concílio, perdemos dezenas de milhares de sacerdotes. Centenas de

presbitérios estão sem pastores e a ordenação de homens está desaparecendo, porque não se consegue mais recrutar sangue novo. Mas a hierarquia da Igreja não tem a coragem de admitir, honesta e francamente, a verdadeira situação”. (Küng, 2011).

A visão da socióloga Daniele Hervieu-Léger, analisando o caso da França, ratifica os argumentos de Küng. Ela indica que há sinais de um mal-estar, de uma debilitação progressiva, que se instalam no seio da igreja e se manifestam em uma atonia do presente e nas cenas manifestamente recorrentes de uma religião incapaz de injetar novas energias e entusiasmos num mundo que era seu, o mundo católico. (Hervieu-Leger, 2003)

Pensar a crise nos anos subsequentes ao Concílio impulsionou um questionamento por parte dos intelectuais católicos entre a iminência do fim do cristianismo e a possibilidade de um ressurgimento. De carona, os mesmos questionamentos se reproduziram na historiografia. Hoje, a cinquenta anos do Concílio, e identificadas essas postulações da persistência de um quadro de crise, o que podemos afirmar é que o mesmo questionamento daquele momento é ainda plausível nos dias atuais e que a crise continua em pauta.

Mesmo hoje, é possível compartilhar uma visão de declínio da Igreja. Mas admitir isso deve ser feito com cuidado. Não como forma de negação à recuperação ou ressurgimento do catolicismo em alguns aspectos ou setores pontuais, mas como forma de recuperação do conceito de crise permanente, processual, embrenhada no seio da Igreja e que ainda não foi solucionada, e encontra-se instaurada.

## Referencias bibliográficas

- ACERBI, Antonio. Il pontificato di Paolo VI. IN: GUASCO, M., GUERRIERO, E. TRANIELLO, F., (Org.) *Storia della Chiesa – La Chiesa del Vaticano II (1958-1978)*, Vol. XXV/1, Milano: San Paolo, 1995.
- ALBERIGO, Giuseppe. “O Vaticano II e sua história” IN: *CONCILIUM. Revista internacional de Teologia.* – 312 – 2005/4.
- BURCKHARDT, Jacob. Reflexões sobre a história. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961
- DE LUBAC, Henri. *A Igreja na crise atual.* São Paulo: Paulinas, 1972.
- GUASCO, Maurílio. *Chiesa e cattolicesimo in Italia (1945 – 2000).* Bologna: EDB, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Raison et légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avance.* Paris : Payot, 1978.
- HERVIEU-LEGER, Danièle. *Catholicisme la fin d’un monde.* Paris: Bayard, 2003.
- JEDIN, Hubert. Il Concílio Vaticano II. IN : GUERRIERO, Elio (org.) *La Chiesa nel ventesimo secolo.* Milano : Jaca Book, 1995, Volume X.
- KOSELLECK, Reinhart. *Il vocabolario della modernità. Progresso, crisi, utopia e altre storie di concetti.* Bologna: Il Mulino, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês.* Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- KÜNG, Hans. *Veracità. Per il futuro della chiesa.* Brescia: Editrice Queriniana, 1968.
- KÜNG, Hans. “Crise da Igreja lembra período da Reforma”. *O Estado de São Paulo.* (25 de setembro 2011).
- LEFEBVRE, Solange. “Conflito das interpretações do Concílio. O debate entre Ratzinger e Kasper.” IN: *CONCILIUM. Revista internacional de Teologia.* 314 – 2006/1
- MAYEUR, Jean-Marie. Il papato dopo il Concílio. IN: Giuseppe Alberigo (org.) *Storia del cristianesimo. Religione-Politica-Cultura - Crisi e rinnovamento. Dal 1958 ai giorni nostri.* Vol. 13. Roma: Edizioni Borla/Città Nuova, 2002.
- MELLONI, Alberto. *Chiesa madre, chiesa matrigna. Un discorso storico sul cristianesimo che cambia.* Torino: Einaudi, 2004.
- MENOZZI, Daniele. *La Chiesa Cattolica e la secolarizzazione.* Torino: Einaudi, 1993.
- MERTON, Robert K. A ambivalência sociológica e outros ensaios. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1979.
- RICCARDI, Andrea. Il futuro del cristianesimo. IN: GUERRIERO, E. IMPAGLIAZZO, M., (Org.) *Storia della Chiesa – I cattolici e le chiese cristiane durante il pontificato di Giovanni Paolo II (1978-2005).* Milano: Ed. San Paolo, 2006.
- SERBIN, Kenneth. *Padres Celibato e Conflito Social. Uma história da Igreja Católica no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.